

Para que os bons ventos não parem de soprar

Algumas notícias e diversas informações de bastidores nos dão conta de que o presidente José Sarney anda eufórico com a marcha da economia e mais ainda com suas perspectivas. Não só isso. A alguns interlocutores privilegiados ele já insinuou que não lançou ainda um trunfo que traz na manga à espera de momento oportuno e que teria impacto mais positivo ainda sobre as perspectivas econômicas.

Sem entrar no mérito da dosagem desse entusiasmo, admitimos que o chefe do governo tem motivos para estar feliz. De fato, por mais estranho que pareça, a economia como um todo está melhorando.

A atividade industrial tem-se comportado de maneira animadora em praticamente todos os setores, e especialmente nos setores-chave, como é o caso da indústria automobilística. O movimento de vendas do comércio, que começou a apresentar melhorias reais no segundo trimestre do ano, agora está dando saltos mensais significativos e surpreendentes para os próprios comerciantes.

Ainda ontem os jornais informavam que a arrecadação do ICM no Estado de São Paulo, no mês de setembro, alcançou 2,7 trilhões, com aumento real (descontada a inflação) de 26,3% em comparação com o mesmo mês do ano passado. Na verdade, o total arrecadado de ICM neste exercício já atinge quase 16 trilhões de cruzeiros e mostra uma elevação de mais de 18% em termos reais sobre igual período do exercício anterior.

As duas perguntas óbvias diante desse quadro, para os analistas responsáveis, são: de onde vêm os ventos favoráveis e quão consistente é essa fase benigna?

A primeira pergunta é mais fácil de ser respondida do que a segunda. Obviamente, a melhoria verificada no quadro econômico não deriva da ação do governo ou de uma política econômica governamental nova, mesmo porque não existe nenhuma política econômica governamental consistente montada até agora, assim como não se observou nenhuma ação concreta positiva do governo visando consertar suas próprias finanças. Na verdade, tudo parece indicar que a melhoria deriva mais daquilo que o governo deixou de fazer, ou não pôde fazer, do que daquilo que ele tenha decidido fazer.

Assim, ao não ter nenhuma política salarial decidida, o governo abriu caminho para que os salários, negociados de maneira mais livre, apresentassem aumentos reais. Ao não ter nenhuma política para as prestações da casa própria, resolvendo sob pressão e de afogadilho conceder uma colher de chá aos mutuários (que ninguém sabe como será paga), o governo deixou maior parcela dos orçamentos familiares, de significativos contingentes da classe média, livre para ser consumida em bens e serviços. Impondo um controle de preços à indústria, declaradamente contra sua própria vontade e intenção, mas sob pressão também da espiral inflacionária, o governo elevou, em termos relativos, até os rendimentos que não tenham tido reajustes reais, propiciando mais folgas para o consumo. Não conseguindo controlar seus próprios déficits e financiando-os em escala crescente com expansão monetária, elevou o nível de liquidez do sistema econômico. Como o setor privado já estava ajustado e azeitado, porque reagira competentemente à crise que atravessou, pôde aproveitar com agilidade as oportunidades oferecidas pelos fatores de melhoria do consumo.

Como se vê, a explicação para o fenômeno não é muito difícil: trata-se de uma fase de expansão fundada no aumento do consumo e alcançada não por causa da política econômica, mas pela ausência de qualquer política econômica. As forças do mercado é que funcionaram de maneira positiva.

É exatamente isso o caráter aleatório e "casuístico" da melhoria, que a torna pouco confiável e leva muitos empresários a manifestarem sua apreensão diante do fenômeno, apesar do aparente paradoxo dessa atitude. Essa apreensão, no entanto, é compreensível: eles desconfiam que o gás que está alimentando o processo não tem muitas reservas e o quadro pode sofrer uma reversão de um momento para outro, até mesmo por intervenções estabanadas do governo. Para nós, a conjuntura justifica moderado otimismo. Acreditamos que, embora aleatório, o processo pode ser consolidado. Na verdade há um equilíbrio entre as possibilidades de uma súbita reversão e as possibilidades de consolidação do processo. Estamos, digamos assim, num momento decisivo.

É por isso que o mais importante e necessário neste momento não é tentar fazer adivinhações. Não seria sensato assumir a postura alarmista, proclamando que o pior está por vir. Tampouco seria sensato alardear que tudo está resolvido e agora nada nos detém. A atitude mais sensata e recomendável é, como diz o povo, evitar "marola" — tudo fazer para que o momento indiscutivelmente positivo não seja perturbado, nem turbado.

E como se consegue isso? Evitando intervenções bruscas, desnecessárias e precipitadas nos acontecimentos do mercado. O governo, por exemplo, vai obter uma razoável melhoria real de arrecadação pela expansão da economia, e uma redução real de dispêndios com a queda da inflação, sem fazer coisa alguma. O frenesi de aumentar impostos começa a se mostrar altamente inoportuno adicionalmente aos inconvenientes que já apresentava. Os empresários por sua vez precisam, neste momento, conter o ímpeto natural de restabelecer margens de lucros auferidas no passado, ou recuperar lucros que julgam ter deixado de auferir, por meio de remarcações oportunísticas de preços que precipitariam nova aceleração inflacionária. Os assalariados, de seu lado, também precisam conter o ímpeto natural de aproveitar o quadro de melhoria para tentar recuperar, em prazo curto, as perdas de poder aquisitivo que tiveram, ou ganhar mais poder aquisitivo do que as respectivas atividades possibilitam.

Eis aí. Se algum "entendimento", ou "pacto", pode ser recomendável e viável neste momento, na área econômica, é no sentido de concordar em não atrapalhar a boa maré. Não se trata de exigir sacrifícios dos trabalhadores — que eles abram mão do direito de lutar por novas conquistas. Mas apenas de pedir que não se lancem com muito furor a novas conquistas, para que não contribuam para que cesse o processo que está permitindo cada vez maiores conquistas. Também os empresários não precisam sacrificar os ganhos que estejam tendo, mas que

evitem ampliar desmesuradamente tais ganhos. E o governo, por sua vez, tem uma oportunidade de ouro para equilibrar suas finanças sem impor a ninguém novas truculências fiscais e administrativas. Disso, em última análise, vai depender todo o resto. No momento, pelo menos, estamos todos ganhando com o jogo: assalariados, empresas e governo. Precisamos é preservá-lo para aumentar esse ganho.